

No Brasil, desemprego é o maior desde 2012

A taxa média anual de desemprego no Brasil subiu de 11,5% para 12,7% entre 2016 e 2017. É a maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) foram divulgados nesta quarta-feira (31).

A média de desempregados pulou de 6,7 milhões para 13,2 milhões, um aumento de 97%, entre 2014, quando a taxa de desocupação atingiu o menor patamar (6,8%), e 2017.

No mesmo período, que coincide com a ruptura democrática vivida no País, foram perdidos 3,3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, sendo um

milhão a menos somente de 2016 para 2017, depois que o golpista e ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) assumiu o poder depois de dar um golpe de Estado.

Com Temer, o que subiu foi a informalidade. O número de trabalhadores por conta própria aumentou em 1,1 milhão de pessoas (4,8%) em 2017, em comparação ao mesmo período de 2016.



Lideranças sindicais de Caxias participam de curso sobre argumentação

“O objetivo da argumentação, ou da discussão, não deve ser a vitória, mas o progresso”, essa frase do escritor francês, Joseph Joubert, expressa bem um dos levantes apresentados pelo Curso de Argumentação para Lideranças Sindicais, que veio sendo trabalhado em Imperatriz e Pedreiras, durante os di-

as 29 e 30; e 31 e 01/02, respectivamente.

Hoje, 02, e amanhã, 03, o curso ministrado por Milton Pomar, conceituado profissional de Marketing, estrará sendo trabalhado na cidade de Caxias, para os dirigentes sindicais da região, com o objetivo de aprimorar o discurso utilizado pelas lideran-

ças sindicais no cotidiano das entidades, e na própria base, conscientizando e motivando os trabalhadores sobre a necessidade da representação classista.

O evento acontece na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Rua Quinhinhas Pires, de 8 às 12h, e de 13 às 17h.

19/02 - Dia Nacional de Lutas contra reforma da Previdência

Em 2017, conseguimos impedir a votação da reforma da Previdência com a histórica greve geral de 28 de abril. Foi o recado dado pela classe trabalhadora ao governo golpista de que a sociedade brasileira não aceita a reforma porque ela significa o fim da aposentadoria.

Mantivemos nossas bases em estado de alerta e de mobilização ao longo dos meses seguintes, pressionando os parlamentares em suas bases eleitorais, e conseguimos que a votação fosse adiada para 2018.

No entanto, o governo usurpador não desistiu da proposta e anunciou a decisão de colocar reforma da Previdência (PEC 287/16) em votação em fevereiro. A discussão do projeto será iniciada no próximo dia 5 e sua votação no Plenário da Câmara dos Deputados está prevista para o dia 19 de fevereiro.

A CUT orienta a intensificação da mobilização com o objetivo de paralisar suas bases em todas as regiões do país no dia da votação. Impedir a aprovação da reforma da Previdência é o principal desafio do momento.

Para derrotar o governo golpista, é preciso paralisar os locais de trabalho, fazer atos e manifestações, ocupando ruas e praças, e pressionar os parlamentares em suas bases eleitorais.

O que está em risco não é só o fim da aposentadoria, mas o aprofundamento do Estado de exceção. Em outras palavras, é o futuro do País que está em jogo. O resultado desta batalha decisiva dependerá do envolvimento de cada um e cada uma, da disposição de luta de todos/as.

É fundamental ampliar o de-

bate com os trabalhadores e as trabalhadoras, mostrando os riscos contidos na proposta de reforma da Previdência do governo golpista: o fim da aposentadoria. Mostrar a relação existente entre a agenda neoliberal do governo Temer (reformas contrárias aos interesses populares) e a candidatura de Lula (compromisso de convocar referendendum para anular as medidas impopulares do atual governo).

Dia Nacional de Lutas: Greve, Paralisações e Manifestações

1. Realizar assembleias em todos os sindicatos filiados para debater a reforma e organizar greves, paralisações e manifestações.
2. Realizar plenárias nas CUTs Estaduais para debater com os sindicatos a organização do Dia Nacional de Lutas e Paralisações no Estado e também a articulação da CUT e dos nossos sindicatos com as demais Centrais e os movimentos populares por meio das Frentes.
3. Propor uma reunião o mais urgente possível com as Centrais nos Estados para debater as atividades no Estado.
4. Realizar reuniões com categorias estratégicas em cada Estado para organizar greves, paralisações e manifestações.
5. Os ramos devem orientar os sindicatos e federações nos Estados para organizar as paralisações e manifestações.
6. Fazer panfletagem e assembleias nos locais de trabalho.
7. Criar comitês nos municípios, envolvendo todas as categorias organizadas e sindicatos de todas as Centrais Sindicais para planejar as ações locais.
8. Panfletar os bairros de maior concentração de trabalhadores/as e as áreas de maior circulação de pessoas na cidade.
9. Buscar apoio das pastorais, das associ-

ações de bairro, dos movimentos populares.

10. Utilizar as redes de comunicação disponíveis para divulgar as greves, paralisações e manifestações, esclarecendo os/as trabalhadores/as, assim como a população, sobre a importância da luta. Divulgar os resultados da greve no município, na região, no Estado e no País.
11. Utilizar carros de som das entidades para fazer a divulgação da luta nas periferias.
12. Utilizar rádios locais e comunitárias para ampliar o debate contra a reforma da Previdência e para divulgar as ações programadas para o dia 19/02.

Pressão sobre os parlamentares

Sabemos que a pressão sobre os parlamentares em suas bases eleitorais foi decisiva, até agora, para impedir o quórum (308 de deputados) para aprovar a reforma. Neste sentido, a Direção Executiva da CUT reitera a importância dos sindicatos continuarem com esta pressão, promovendo:

- Atos e panfletagem frente às residências dos parlamentares;
- Panfletagem, colocação de outdoors nas áreas de maior movimentação das cidades onde os parlamentares obtiveram maior votação;
- Pressão sobre os cabos eleitorais dos parlamentares;
- Articulação com associações comunitárias, movimentos estudantis e populares para a realização de manifestações locais;
- Recepção nos aeroportos;

Envio de mensagens para os gabinetes por meio do site Na Pressão.